

EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE A IDEOLOGIA NEOLIBERAL DO EMPREENDEDORISMO E O FETICHISMO DA TECNOLOGIA COMO OBSTÁCULOS À FORMAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Hemerson Moura
Domingos Leite Lima Filho

Como citar: MOURA, Hermerson; FILHO, Domingos Leite Lima. Empresariamento da educação: apontamentos sobre a ideologia neoliberal do empreendedorismo e o fetichismo da tecnologia como obstáculos à formação integral na educação profissional e tecnológica¹. In: FILHO, Domingos Leite Lima; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação profissional no Brasil do Século XXI: políticas, críticas e perspectivas - vol. 4.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2026. p. 99-121. DOI: <https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-680-0.p99-121>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Empresariamento da educação: apontamentos sobre a ideologia neoliberal do empreendedorismo e o fetichismo da tecnologia como obstáculos à formação integral na educação profissional e tecnológica¹

Hemerson Moura

Domingos Leite Lima Filho

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de um conjunto de investigações no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que vêm sendo desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação

¹ A primeira versão desse artigo foi apresentada no *X Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade* – realizado em Maceió - AL no mês de outubro de 2023 – e posteriormente publicada nos anais do referido evento. A versão em tela foi revista e ampliada. O texto discute resultados parciais de investigações em curso no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET-UTFPR) que contam com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), na forma de licença integral do primeiro autor para qualificação em nível de doutorado; e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), na forma de bolsa de doutorado, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na forma de auxílio financeiro à pesquisa *Concepções de trabalho, tecnologia e formação no novo Ensino Médio: a Formação Técnica e Profissional*.

<https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-680-0.p99-121>

e Tecnologia (GETET) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Especificamente no artigo em tela, apresentamos um fragmento das análises que temos realizado a partir da investigação do processo de empresariamento da EPT no contexto da contrarreforma do Ensino Médio iniciada em 2016, com a edição da Medida Provisória nº 746 (Brasil, [2016]).

Nosso entendimento de que a EPT segue sendo um caminho promissor como travessia rumo à formação humana integral, sobretudo na experiência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (doravante, apenas IFs), direciona nossa análise para essa modalidade educacional nessas instituições.

Nesse sentido, nosso principal objetivo é apresentar uma análise crítica de dois dos vários mecanismos por meio dos quais tem se processado o empresariamento da EPT dos IFs, a saber, a ideologia neoliberal do empreendedorismo e o fetichismo da tecnologia. Para tanto, guiamo-nos pelas contribuições teórico-conceituais advindas da tradição marxista e do campo de estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade (campo CTS).

Excetuando-se essa introdução e as considerações finais, dividimos o texto basicamente em cinco seções. Nas duas primeiras seções, apresentamos sinteticamente o método, os procedimentos de pesquisa e a materialidade a partir dos quais abordamos a nossa problemática. Nas três seções seguintes, apresentamos e discutimos alguns dos resultados da nossa investigação.

MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Coadunamos com a concepção da tradição marxista de que em pesquisa social método e teoria são inextricáveis. Isso não significa que não podemos e não devemos fazer uso de diferentes instrumentos e técnicas de pesquisa, como por exemplo aqueles legitimados pelas ciências sociais.

Contudo, dada a nossa filiação teórica à essa tradição, o nosso método não poderia ser outro senão o Materialismo Histórico-Dialético (MHD).

Na perspectiva do MHD, o caminho para a investigação não é construído de forma apriorística, com categorias, técnicas e instrumentos de pesquisa descolados da concretude da realidade (Paulo Netto, 2011). Aliás, isso está de acordo até mesmo com o pensamento de especialistas em metodologia da pesquisa social sabidamente não marxistas como Flick (2009) e Gil (2008).

Nesse sentido, considerando as sucessivas aproximações do objeto que temos realizado, para este estudo optamos metodologicamente por uma abordagem qualitativa a partir da utilização de fontes bibliográficas e documentais, buscando na materialidade de algumas práticas desenvolvidas no interior dos Institutos Federais parte do substrato para nossas reflexões.

Trabalhamos fundamentalmente com documentos de acesso e domínio público, pois, como sabemos, eticamente eles estão abertos à análise, exatamente por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos ou por poderem ser legalmente acessados.

Os dados da pesquisa têm sido coletados via internet, fazendo com que nosso estudo ganhe contornos de uma “pesquisa qualitativa online” (Flick, 2009, 2013).

EMPREENDEDORISMO E FETICHISMO DA TECNOLOGIA NA EPT DOS IFs: MATERIALIDADE DE UMA INTRINCADA RELAÇÃO

Apesar dos resultados aqui apresentados estarem essencialmente relacionados à etapa da pesquisa em que nossa prioridade foram as fontes bibliográficas, realizamos visitas exploratórias aos sites dos 38 IFs existentes no Brasil a fim de identificar práticas institucionais relacionadas ao empreendedorismo. Utilizamos-nos do motor de busca dos próprios sites para filtrar essas práticas a partir do uso do termo “empreendedorismo”.

A primeira constatação foi a de que hoje grande parte do funcionamento dos IFs ocorre em torno do empreendedorismo, quase sempre atrelado de forma automática à noção de inovação que, por sua vez, se separa por uma linha muito tênue do fetichismo da tecnologia e comumente descamba nele.

Pode-se alegar que não é para menos que os IFs deem tanta atenção ao empreendedorismo, visto que a Lei nº 11.892/2008 – que, além de ter instituído a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), criou os IFs – prevê, em seu Art. 6º, inciso VIII, que uma das finalidades dessas instituições é justamente “realizar e estimular [...] o empreendedorismo [...]” (Brasil, [2008a]).

Todavia, essa alegação pode ser facilmente contestada pelo fato do mesmo Art. 6º possuir ao todo nove incisos que listam outras finalidades para essas instituições. No próprio inciso VIII convive com o empreendedorismo, lado a lado, o cooperativismo. Nada mais contraditório, pelo menos se localizarmos as origens do cooperativismo nas lutas da classe trabalhadora e se considerarmos sua vinculação com o atual movimento da Economia Solidária (Singer, 2002; Gaiger, 2013).

Para uma comparação ilustrativa, inserimos o termo “cooperativismo” no mesmo motor de busca de cada um dos sites dos IFs por meio do qual pesquisamos “empreendedorismo”. Enquanto a pesquisa com o último termo retornou resultados quase sempre aos milhares, os resultados com o uso do primeiro termo, na maioria dos casos, não ultrapassam as centenas, não chegando, às vezes, sequer a mais do que algumas dezenas.

Por exemplo, no site do Instituto Federal do Ceará (IFCE), segundo ele próprio o maior do Brasil “em número de matrículas”², o uso do termo “empreendedorismo” na busca retornou 3.593 resultados, enquanto que “cooperativismo” ofereceu 916 retornos.

Ao somarmos esses números e transformá-los em porcentagem constatamos, para fins comparativos, que de um total de 4.509 resultados para os dois termos, “empreendedorismo” aparece em 74,6% dos retornos do site do IFCE, enquanto “cooperativismo” fica com os outros 25,4%.

⁴ Cf. <https://ifce.edu.br/noticias/noticias-de-destaque/ifce-lidera-numero-de-matriculas-em-curso-da-rede-federal>.

No site do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), também segundo ele próprio “o melhor [...] do País pela sexta vez consecutiva” (IFSC [...], 2023), os resultados são proporcionalmente ainda mais discrepantes do que no IFCE. No IFSC, foram 847 resultados para “empreendedorismo” contra 77 registros para “cooperativismo”.

Realizando a mesma operação anterior de transformar os números em porcentagem, temos um total de 924 registros no site do IFSC para ambos os termos, sendo 9% dos resultados para “cooperativismo” e inacreditáveis 91% para “empreendedorismo”.

A propósito, esse mesmo IFSC se orgulha em ser “referência no incentivo ao empreendedorismo e ações inovadoras em Santa Catarina”, relaciona empreendedorismo a *startups* e comemora o fato de ter em 18 dos seus 21 cursos de bacharelado “matérias sobre empreendedorismo” (Braga; Moizéis, 2019).

Essa realidade do IFCE e do IFSC se repete com assustadora frequência em todos os IFs do país, onde grande parte da vida institucional é conduzida em função da noção de empreendedorismo. Em todos eles, constatamos incontáveis núcleos, programas, projetos, parcerias e parceiros, disciplinas, cursos, feiras, palestras, formas variadas de fomento e outras ações e práticas das mais diversas que toma o empreendedorismo quase como o fundamento e a meta de toda a concepção educacional que deve reger essas instituições.

Sem exceções, os IFs e grande parte dos seus servidores estão determinados a empunhar a “bandeira” do empreendedorismo³, claro, de forma sempre intrincada a uma noção de inovação assentada no fetiche da tecnologia.

EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO MARCO DO NEOLIBERALISMO

Seguindo o método materialista histórico-dialético, na nossa pesquisa, a apreensão dos mecanismos que compõem a dinâmica do empre-

³ Uma tarefa que se impõe como continuidade da pesquisa em etapas futuras é investigar o quanto a força discursiva oficial da “bandeira do empreendedorismo” nos IFs se transforma efetivamente em prática material nas ações e programas de formação desenvolvidos por estas instituições.

sariamento da educação tem sido realizada no movimento concreto das relações sociais do modo de produção capitalista, em especial na sua forma contemporânea.

Isso implica reconhecer inicialmente a crise estrutural do capital (Mészáros, 2000, 2011) e seu consequente processo de reformas econômicas, políticas, culturais e sociais sustentadas pela doutrina neoliberal que ganharam força mundialmente a partir da década de 1970 (Apple, 2005; Freitas, 2018; Harvey, 2008; Lombardi, 2016).

Conforme sintetiza o sociólogo Ricardo Antunes, nesse período “o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, visando tanto a recuperação do seu padrão de acumulação, quanto procurando repor a *hegemonia* que vinha perdendo, no interior do espaço produtivo” (Antunes, 2009, p. 233, grifo nosso).

A questão da hegemonia⁴ é um aspecto particularmente importante da virada neoliberal porque diz respeito ao reposicionamento das elites econômicas para promover mudanças estratégicas na forma de se organizar e atuar politicamente. Portanto, estamos a falar sobre luta de classes.

Exigia-se, naquela quadra histórica, uma engenharia social burguesa mais sofisticada para que fosse possível “educar o consenso”, sedimentando no senso comum as ideologias neoliberais por meio da atuação de numerosas organizações empresariais já existentes e da criação de tantas outras (Harvey, 2008; Neves, 2005).

Isso inclui, por exemplo, importantes organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tiveram e ainda têm uma atuação preponderante para difundir o ideário neoliberal (Leher, 1999; Dardot; Laval, 2016; Laval, 2019).

No Brasil, não é coincidência as incontáveis organizações (registradas como “Instituto” ou “Fundação”) criadas e/ou fortalecidas nos últi-

⁶ Dado o espaço limitado desse trabalho, esperamos que nosso referencial teórico-conceitual indique que em hipótese alguma colocar os holofotes sobre a questão da hegemonia significa negligenciar as transformações ocorridas no trabalho e na base material das sociedades, sobretudo a partir da assim chamada reestruturação produtiva toyotista. Essas transformações representam, a nosso juízo, a pedra fundamental sobre a qual vem sendo erguido o edifício do neoliberalismo nos últimos 50 anos.

mos 25 anos com a incumbência de atuar sobre a educação a partir dos interesses econômicos, políticos e ideológicos dos seus fundadores e/ou financiadores⁵.

Recorde-se que por aqui o recrudescimento do neoliberalismo se deu justamente da segunda metade da década de 1990 em diante, durante os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando os institutos e fundações empresariais encontraram terreno fértil para se proliferar.

Leituras gramscianas da problemática envolvendo a ação de organizações empresariais que atuam na educação as classificam como aparelhos privados de hegemonia (APH) da burguesia que, no desenrolar da luta de classes, se movem não apenas por interesses econômicos, mas também para legitimar culturalmente os valores, crenças e ideias das classes sociais e frações de classe que elas representam, de modo a forjar o consentimento do conjunto da sociedade para o seu projeto neoliberal de escola e de sociedade (Fontes, 2010, 2018; Hoeveler, 2019; Mendonça, 2014).

Com efeito, as transformações sociais advindas com a crise estrutural do capital nos trouxeram a um momento histórico em que uma “nova razão do mundo”, a *racionalidade* neoliberal, vai nos sendo imposta, visando, em última instância, conformar absolutamente todas as dimensões da vida humana à sociabilidade do capital, sendo a empresa capitalista o seu modelo mais bem acabado (Dardot; Laval, 2016).

Trata-se de um fenômeno com tendências à estruturação e organização não somente daquilo o que fazem os governantes, como também do modo de agir dos governados e que tem por característica principal a propagação ilimitada da concorrência como norma de conduta e da empresa capitalista como modelo para a subjetividade de todo e qualquer ser humano (Dardot; Laval, 2016)⁶.

⁷ A bibliografia existente sobre a atuação dessas organizações já é bastante numerosa e significativa. Conferir, por exemplo, os trabalhos dos grupos de pesquisa Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx/UFRJ) e Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRJ), bem como da Rede Nacional EMPesquisa (Unicamp/UFPR). Uma breve amostra do poder de algumas dessas organizações pode ser encontrada em Martins; Krawczyk (2018); Pereira; Evangelista (2019); Brito; Marins (2020); Lamosa (2020); Tarlau; Moeller (2020).

⁸ Utilizamos essa obra por entender que os autores discutem certos aspectos do neoliberalismo sobre os

Cimentada socialmente através de diferentes mecanismos que solapam a formação humana integral, a razão neoliberal tem sido percebida e estudada no campo educacional brasileiro dentro de um processo denominado por diversas autoras e autores de empresariamento da educação.⁷

Na nossa pesquisa, o arcabouço teórico-conceitual mais sistemático que até aqui tem nos possibilitado compreender o empresariamento desde uma perspectiva do MHD é o conceito de *empresariamento da educação de novo tipo*, elaborado pelo Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na interlocução com a produção acadêmica do campo de estudos Trabalho-Educação (Motta; Andrade, 2020a, 2020b; Andrade; Motta, 2022, 2023)⁸.

O conceito do Colemarx agrega ferramentas teóricas da “teoria do valor-trabalho de Marx”, da Teoria do Estado Ampliado (incluindo as noções de aparelho privado de hegemonia e intelectual orgânico) do filósofo Antonio Gramsci e dos conceitos de “capitalismo dependente”, do sociólogo Florestan Fernandes, e “empresariamento de novo tipo”, da historiadora Virgínia Fontes. (Motta; Andrade, 2020a, 2020b).

Combinando dialeticamente os elementos da estrutura e dinâmica do empresariamento, depreende-se a ocorrência de três processos simultâneos, considerados como dimensões centrais para a demarcação desse arcabouço:

quais outros teóricos não se debruçam, tais como os mecanismos por meio dos quais o neoliberalismo tem se solidificado em indivíduos e instituições. Com eles conseguimos compreender, por exemplo, por que a mentalidade empresarial, a despeito de sua incompatibilidade com o serviço público, tem inundado as práticas institucionais dos próprios servidores públicos. Entretanto, registre-se que adotarmos parte da sua interpretação não significa alinhamento integral, tampouco incondicional, a ela. Por outro lado, discutir nossas divergências com os autores seguramente extrapolam os limites e objetivo desse trabalho.

⁹ Para trabalhos no Brasil que abordam o empresariamento da educação, recomendamos ao menos dois dossiês de periódicos nacionais: o da *Germinal: Marxismo e Educação em Debate* (Motta; Evangelista; Castelo, 2021), com o título “Determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil”, cuja autoria dos 18 artigos envolve 36 diferentes pesquisadoras/es; e o da *Revista Trabalho Necessário* (Silva, 2022), intitulado “O empresariamento da educação e o Estado-educador”, que totaliza 25 artigos e envolve 41 pesquisadoras/es.

⁸ No atual estágio da nossa pesquisa de doutorado temos analisado em profundidade os elementos característicos do conceito de empresariamento da educação na pesquisa educacional brasileira, problemática que abordamos, de maneira introdutória, em Moura e Lima Filho (2024). Nossa expectativa é de que o resultado final dessa investigação seja publicizado em 2026.

[...] a *mercantilização* (processo pelo qual a educação escolar é subsumida à forma e à lógica da mercadoria), a *mercadorização* (processo pelo qual a educação escolar é transformada em nicho de mercado) e a *subsunção da educação ao empresariado* (processo pelo qual o empresariado brasileiro assumiu, em íntima relação com Estado estrito e organismos internacionais, as direções moral e intelectual das educações pública e privada) (Motta; Andrade, 2020a, p. 4).

Como enfatizam Motta e Andrade (2020a), no capitalismo contemporâneo de corte neoliberal, as duas primeiras dimensões se associam dialeticamente com a incidência político-ideológica do empresariado sobre a educação através dos seus APH. O objetivo último é conformar todo o complexo educacional à sociabilidade do capital prescrita pela razão neoliberal.

Nesse sentido, o processo de neoliberalização da escola não é um fenômeno espontâneo, tampouco obra do acaso, mas uma consequência da subsunção da educação ao empresariado (Motta; Andrade, 2020a, 2020b).

Ao assumir a direção moral e intelectual, a burguesia e seus prepostos constroem metodicamente, no seio da sociedade civil, o consentimento para que sua visão de mundo e seu projeto educacional e societário prevaleçam.

A clássica privatização da educação escolar, que visava basicamente o lucro com a venda de serviços e/ou produtos educacionais, passa a conviver com a incidência político-ideológica dos APHs da burguesia para que todos os aspectos da escola se fundamentem exatamente na mesma lógica da empresa capitalista, que tem na competição a sua principal norma de conduta.

Como bem observou o professor e pesquisador Luiz Carlos de Freitas (2018, p. 114), antecipando parte da nossa crítica ao empresariamento da educação, “o problema com a competição é que ela gera ganhadores e perdedores – um paradigma [bastante!] inadequado para a educação”.

O POTENCIAL DA EPT DOS IFs PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Não há dúvidas de que o processo de empresariamento ao qual nos referimos nesse trabalho se configura como um fenômeno generalizado na educação escolar e por isso atinge a todos os níveis e modalidades educacionais, sem exceção. Todavia, nossa preocupação específica com a EPT, sobretudo aquela praticada na RFEPCT, e mais especificamente nos IFs, guarda relação com o nosso entendimento de que

mesmo nos marcos limitados da sociedade capitalista dependente e excludente que caracterizam o Brasil, mas considerando que a transformação social se faz junto com a transformação das próprias circunstâncias, os institutos federais se constituem num espaço de resistência e *podem reunir as possibilidades* para a construção de um ensino médio integrado a educação profissional e tecnológica, que tenha como referência e perspectiva a formação humana integral, tendo como eixos estruturantes o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, podendo contribuir como germe na construção de uma travessia para uma nova realidade educacional e social no país (Lima Filho, 2023, p. 40, grifo nosso).

Em que pese serem apenas uma *possibilidade*, os IFs convivem com uma constante ameaça mortífera imposta justamente pelo processo que aqui nomeamos de empresariamento da educação.

Produções que atualizam o estado da arte da EPT no Brasil demonstram que nas últimas duas décadas essa modalidade educacional ganhou espaço na agenda de agências multilaterais e tem sido propagandeada por setores do empresariado como solução para vários problemas sociais, dentre eles, o desemprego crônico (Santos; Lima Filho; Novaes, 2021; Lima Filho; Santos; Novaes, 2023).

Esse renovado interesse das elites capitalistas sobre a EPT deixa suas evidências por toda parte. A Reforma do Ensino Médio (REM) operada via Lei nº 13.415 (Brasil, [2017]) – que tem induzido uma reforma da EPT brasileira com fortes consequências sobre a RFEPCT (Pelissari, 2023) – sem dúvidas é a mais forte delas, especialmente quando se observa o

entusiasmo com que a EPT dentro da REM é tratada por alguns APHs da burguesia como o Movimento Brasil Competitivo (MBC, [2022]) e o Itaú Educação e Trabalho (IET, [2023?]).⁹

No que tange especificamente à EPT ofertada nas instituições da RFEPCT, somos partícipes da histórica luta que vem sendo travada em torno da concepção filosófica e política de educação a ser praticada nesses espaços. Ademais, estamos de acordo com Possamai e Silva (2022) quanto ao fato da Rede Federal, sobretudo na sua vocação para o Ensino Médio Integrado, possuir a mais bem elaborada proposta para a formação das juventudes brasileiras.

Apesar do quadro geral de desmonte e precarização da escola pública em que nos encontramos, agravado pela REM, vale lembrar que a EPT dos IFs, com todas as suas contradições, é fruto da luta de décadas contra as forças do capital para interromper, especialmente no ensino médio, nossa histórica dualidade educacional calcada no falso dilema “formação propedêutica ou preparação para o trabalho?” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

Ademais, hoje essas instituições gozam de reconhecimento nacional pela capilaridade e qualidade da sua rede, que dispõe de uma infraestrutura mais próxima do ideal e de um corpo técnico e docente em condições dignas de trabalho, carreira e salários.

Ainda que de maneira insatisfatória, a experiência dos IFs demonstra concretamente, tanto a falsidade do dilema “formação geral *versus* formação específica”, quanto que essas instituições estão alguns passos à frente rumo a uma concepção de formação humana integral que, nos dizeres de Marx (2017, p. 554), conjugue “trabalho produtivo com o ensino e a ginástica, não só como forma de incrementar a produção social, mas como único método para a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões”.

Nesta concepção educacional, de base marxiana, se afirma

⁹ Este último, aliás, antes chamado de Itaú BBA, não apenas registra sua atuação desde 2013 na realização da REM, como declara, sem constrangimento, que em 2020 se consolidou como organização para incidir exclusivamente sobre as políticas de EPT brasileiras (IET, [2023?]).

a importância da totalidade, historicidade e integração dos conhecimentos, de sua compreensão como unidade, quebrando falsas dicotomias como as que se referem ao geral e ao específico, bem como a integração entre agir e conhecer, entre teoria e prática (Lima Filho, 2023, p. 39).

Isso implica a junção harmônica entre educação intelectual, física e politécnica ou tecnológica¹⁰ (Marx, 1982; Moura; Lima Filho; Silva, 2015) e “abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos [...]”, historicamente obstruídos “pela cisão em classes sociais antagônicas e pela exploração de uma classe sobre as demais” (Frigotto, 2012a, p. 267-268).

Embora as razões expostas acima nos levem a vislumbrar na experiência da EPT dos IFs um efetivo potencial de contribuir na travessia rumo a uma escola em que a formação omnilateral (Frigotto, 2012a) seja o horizonte, o trabalho – na sua dimensão ontológica – seja o princípio educativo (Frigotto; Ciavatta, 2012) e o ensino politécnico (Frigotto, 2012b) seja a prática educacional, tais razões, sozinhas, são insuficientes.

Como qualquer outra escola inscrita numa sociedade capitalista, os IFs não apenas são permeáveis ao empresariamento da educação como de fato, com suas atuais práticas institucionais, têm lubrificado alguns dos mecanismos por meio dos quais esse empresariamento se processa, notadamente o empreendedorismo e o fetichismo da tecnologia.

Tais mecanismos, ao tempo em que favorecem a conformação da escola e seus agentes aos preceitos da razão neoliberal, solapam, por consequência, qualquer possibilidade de um projeto educacional que realmente represente os interesses da classe trabalhadora e tenha a formação humana integral como horizonte.

¹⁰ Existe um profícuo debate entre Nosella (2007) e Saviani (2007) a respeito do uso do termo “tecnológico” ou “politécnico” – bem como suas variações – para se referir à concepção educacional defendida por Marx/Engels e a tradição marxista. Aqui, quando em referência à concepção dessa tradição, tomamo-los como sinônimos. Em Frigotto (2012b) também se encontra menção a esse debate. A propósito, talvez um caminho promissor seja começar por disputar o sentido do termo “tecnológico” incorporado definitivamente à educação profissional brasileira a partir da Lei nº 11.741 (Brasil, [2008b]), de modo a superar seu uso corriqueiro, que o relaciona a certas áreas do conhecimento, pela concepção da tradição marxista.

A INCOMPATIBILIDADE ENTRE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E O PAR EMPREENDEDORISMO-FETICHISMO DA TECNOLOGIA

A história registra que a ideia de empreendedorismo está umbilicalmente ligada ao pensamento liberal do século XVIII na importância atribuída ao papel do empreendedor. Porém, seu sentido contemporâneo começou a ser delineado no marco da crise estrutural do capital nas últimas décadas do século XX.

Moldado num neoschumpeterismo pelas mãos de ideólogos neoliberais austro-estadunidenses como Peter Drucker (1909-2005), que anunciou o advento da nova sociedade de empreendedores e deu à figura do empreendedor-inovador uma conotação notadamente apologética, o sentido contemporâneo de empreendedorismo tornou-se rapidamente um dos elementos da vulgata gerencial (Dardot; Laval, 2016).

Como resultado de várias linhas do pensamento de diferentes intelectuais neoliberais, por isso classificado aqui como uma ideologia neoliberal, o empreendedorismo faz parte da essência do neoliberalismo e pode ser caracterizado, grosso modo, por ter o indivíduo empreendedor (o neossujeito) como seu sujeito referencial e pela ênfase dada à ação individual, ao processo de mercado e à concorrência generalizada, sobretudo entre indivíduos (Dardot; Laval, 2016).

Segundo a racionalidade neoliberal, esse neossujeito que encarna a sociabilidade do capital deve ser uma espécie de “empresa de si mesmo”. Em linha com as atuais relações sociais de produção, isso significa ser flexível, adaptável, resiliente e disciplinador de si mesmo para o trabalho. Significa se responsabilizar individualmente e exclusivamente pela sua sobrevivência, formação, sucesso ou insucesso na vida social e profissional. Significa cultivar os valores mercantis do individualismo e do consumismo, aceitando o jogo neoliberal da competição generalizada ao ponto de o próprio indivíduo explicar e justificar a posição socioeconômica que ocupa pelo merecimento em função do que fez ou deixou de fazer, isto é, segundo os critérios de um sistema supostamente meritocrático.

Nas palavras do professor e pesquisador do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais Tiago Fávoro de Oliveira, em uma das conclusões do seu estudo sobre a expansão do discurso empreendedor na educação básica,

[...] não é exagero dizer que o empreendedorismo potencializa a alienação, aprofundando a fetichização da exploração ao ocultar do trabalhador a figura do patrão. Em outras palavras: é um mecanismo que mascara a exploração, estimula o trabalho intenso, oculta as causas sociais da desigualdade e ainda compromete a formação de uma organização social capaz de resistir aos ataques e ameaças do capital sobre o trabalho e os trabalhadores (Oliveira, 2023, p. 21).

Como se vê, na educação escolar, dado os seus efeitos deletérios, o empreendedorismo¹¹ já enseja conclusões como a acima referenciada. O que nos leva a crer que sozinha essa ideologia já seria um grande obstáculo à formação humana integral.

Porém, a questão se complexifica justamente pelo “espírito inovacionista” do discurso do empreendedorismo, que prega que o indivíduo empreendedor deve ser inventivo, inovar tecnologicamente, seja criando novas tecnologias – geralmente reduzidas a dispositivos eletroeletrônicos – ou “fazendo bom uso” das já existentes.

O problema com esse “espírito inovacionista” é que ele frequentemente se sustenta numa abordagem fetichista da tecnologia já bastante criticada por vários autores do campo CTS inspirados no debate de Marx acerca do fetichismo da mercadoria (Novaes; Dagnino, 2004; Lima Filho; Queluz, 2005; Dagnino, 2008; Lima Filho, 2010; Feenberg, 2010, 2019).

Na concepção marxiana, o fetichismo emerge quando as relações sociais entre nós, seres humanos, passam a assumir “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 2017, p. 147-148). É como se os produtos da mão humana, como o são os objetos tecnológicos, parecessem

¹¹ Para aprofundamento no debate sobre empreendedorismo, além dos já referenciados Dardot e Laval (2016), sobretudo o capítulo 4 dessa obra, recomendamos ainda o dossiê da Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar (Costa; Leite; Lindoso, 2021), sugestivamente intitulado de Alternativas Infernais: uma análise sociológica do Empreendedorismo. Para trabalhos diretamente focados na educação, ver Castro; Gawryszewski; Dias (2022) e Oliveira (2023).

dotados de vida própria e fossem independentes para travar relações entre si e com os próprios seres humanos, o que nos remete exatamente a um processo de ocultamento das relações sociais – e de todas as suas implicações – por trás dos artefatos.

Nesse sentido, podemos conceituar de forma sumária o fetichismo da tecnologia como “a atribuição de certas qualidades ou características aos objetos materiais pelas relações sociais dominantes e que aparecem como se lhes pertencessem naturalmente [...]” (Lima Filho, 2010, p. 88).

A consequência mais imediata disso é fazer com que a tecnologia, que é uma construção histórico-social, seja reduzida a objetos vistos por nós (ou a nós apresentados) como neutros, a-históricos e submetidos a valores estritamente técnicos. Assim, tal como na mercadoria, o fetichismo da tecnologia tende, dentre outras coisas, a obscurecer as relações de classe que acabam sendo diluídas na técnica (Novaes; Dagnino, 2004; Lima Filho, 2010).

A despeito desse tipo de abordagem não ser uma prerrogativa capitalista, o fetichismo da tecnologia justaposto à ideologia do empreendedorismo compõe um alienante par perfeito à serviço da razão neoliberal no processo de empresariamento da educação.

Um bom exemplo da atuação desse par pode ser constatado na maior parte das práticas educacionais envolvendo empreendedorismo e *marketing* digital que hoje abarrotam os IFs e tantas outras instituições educacionais Brasil afora.

Nessas incontáveis práticas, a tônica – ao contrário de favorecer uma compreensão historicizada e totalizante das relações sociais que possibilite a emancipação de todos os sentidos humanos – quase sempre é a de criar um sujeito empresarial que não duvide que artefatos existem fundamentalmente para lhe servir, melhorar a sua vida e/ou lhe oferecer mais uma oportunidade a ser agarrada, claro, se tal indivíduo tiver “espírito inventivo” e for um “bom empreendedor”.

Da forma como se apresenta nos IFs, o empreendedorismo, aliado às tecnologias, supostamente seria a solução para o desemprego crônico, para

a sempre crescente precariedade do mundo do trabalho contemporâneo que assola a classe trabalhadora e até mesmo para toda sorte de desigualdades sociais.

Em tempos de plataformização do trabalho, práticas educacionais pautadas no par empreendedorismo-fetichismo da tecnologia prestam serviço às classes dominantes na medida em que obliteram as iníquas e degradantes relações sociais de produção intrínsecas ao modo de produção capitalista.

Afinal, num mundo tomado pelo crescente desemprego, precarização do trabalho, exploração e pauperização da classe trabalhadora, concentração de riqueza, renda e privilégios, enfim, pela galopante desigualdade de classe, nada mais conveniente do que modelar a subjetividade humana de modo que os próprios indivíduos culpabilizem a si mesmos pela exploração da qual são as principais vítimas ao invés de colocarem em suspeição o sistema do capital.

Como parte do ideário neoliberal que atua como mecanismo para levar à cabo o processo de empresariamento da educação, as práticas educacionais que se pautam pela perspectiva do par empreendedorismo-fetichismo da tecnologia são nitidamente incompatíveis e inconciliáveis com a perspectiva do desenvolvimento humano omnilateral, pois, enquanto a primeira perspectiva se assenta num processo formativo que conforma os indivíduos à sociabilidade e ao sistema do capital, legitimando-o e justificando-o, a segunda, antagonicamente, deve promover a liberação de todos os sentidos humanos do jugo do capital, desvelando e desmantelando os mecanismos de dominação historicamente criados e mobilizados pelas classes dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, tomamos a EPT dos IFs como experiência concreta de prática educacional que pode contribuir na travessia rumo à perspectiva da formação omnilateral ao tempo em que argumentamos acerca da incom-

patibilidade entre essa perspectiva e os princípios subjacentes à ideologia neoliberal do empreendedorismo associado ao fetichismo da tecnologia.

Concluímos que os mecanismos supracitados se apresentam, de forma intrincada, como dois importantes pilares do empresariamento da educação que obliteram a formação humana integral, de modo que devem ser tomados como verdadeiros obstáculos à implementação de qualquer prática educacional que objetive e tenha por referência o desenvolvimento pleno das múltiplas dimensões que constituem o ser humano, o que nos impõe a tarefa de enfrentar esses mecanismos, disputando com as classes dominantes, dentre e fora da escola, o projeto de educação e de sociedade que de fato interessa à classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Carolina de; MOTTA, Vânia Cardoso da. O empresariamento da educação de novo tipo e seus agentes: o empresariado educacional do tempo presente. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-27, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/54290/32432>. Acesso em: 2 abr. 2025.
- ANDRADE, Maria Carolina de; MOTTA, Vânia Cardoso da. “Não pense em crise, trabalhe”: o empresariamento da educação de novo tipo e a crise orgânica do capitalismo brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 21, n. 44, p. 1-21, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57573/34062>. Acesso em: 2 abr. 2025.
- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231-238.
- APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- BRAGA, Graziela; MOIZÉIS, Rodrigo. IFSC é referência no incentivo ao empreendedorismo e ações inovadoras em Santa Catarina. **Instituto Federal Santa Catarina**, 20 fev. 2019. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/web/noticias/w/ifsc-e-referencia-no-incentivo-ao-empreendedorismo-e-acoes-inovadoras-em-santa-catarina?p_l_back_url=%2Fsearch%3Fq%3Dempreendedorismo. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, [2008b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRITO, Sílvia Helena Andrade de; MARINS, Guilherme Afonso Monteiro de Barros. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e77558, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77558>. Acesso em: 2 abr. 2025.

CASTRO, Matheus Rufino; GAWRYSZEWSKI, Bruno; DIAS, Catarina Azevedo. A ideologia do empreendedorismo na reforma do ensino médio brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-25, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53456>. Acesso em: 2 abr. 2025.

COSTA, Henrique; LEITE, Márcia de Paula; LINDÔSO, Raquel Oliveira (org.). **Contemporânea**: revista de sociologia da UFSCar. São Carlos: DS; PPGS-UFSCar, v. 11, n. 3, set./dez. 2021. Dossiê alternativas infernais: uma análise sociológica do empreendedorismo. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/33>. Acesso em: 24 out. 2025.

DAGNINO, Renato. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**: um debate sobre a tecnociência. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEENBERG, Andrew. Racionalização democrática: tecnologia, poder e liberdade. *In*: FEENBERG, Andrew. **Entre a razão e a experiência**: ensaios sobre tecnologia e modernidade. Vila Nova de Gaia: Inovatec, 2019. p. 29-62.

FEENBERG, Andrew. Do Essencialismo ao construtivismo: a filosofia da tecnologia em uma encruzilhada. *In*: NEDER, Ricardo T. (org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília, DF: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina, 2010. p. 205-251.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes?. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 31, p. 217-232, 2. sem. 2018. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/09_Virginia-Fontes.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p. 267-274.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação politécnica. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012b. p. 274-281.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 750-757.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Gaudêncio; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Gaudêncio; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MRR5qdXQ7q6DHZLH3VnMVLN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 abr. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOEVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, ano 4, n. 5, p. 145-159, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792>. Acesso em: 2 abr. 2025.

IFSC é o melhor instituto federal do País pela sexta vez. **Instituto Federal Santa Catarina**, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/noticias/w/ifsc-e-o-melhor-instituto-federal-do-pais-pela-sexta-vez>. Acesso em: 24 out. 2025.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO (IET). **Iniciativas**. [2023?]. Disponível em: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/>. Acesso em: 23 set. 2023.

LAMOSA, Rodrigo (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Parnaíba: Terra Sem Amos, 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação?: A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, ed. 3, artigo 3, p. 19-30, 1999. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

LIMA FILHO, Domingos Leite. As inter-relações trabalho, tecnologia e cultura: bases para a formação integral na Educação Profissional e Tecnológica. In: LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. v. 2. p. 25-47.

LIMA FILHO, Domingos Leite. A “era tecnológica” entre a realidade e a fantasia: reflexões a partir dos conceitos de trabalho, educação e tecnologia em Marx. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. especial 38, p. 83-92, ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639752/7317>. Acesso em: 2 abr. 2025.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, G. L. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 2 abr. 2025.

LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. v. 2.

LOMBARDI, José Claudinei. Crise do capitalismo e educação: algumas anotações. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016. p. 61-93.

MARTINS, Erika Moreira; KRAWCZYK, Nora Rut. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: o caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/rpe/v31n1/v31n1a02.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro I.

MARX, Karl. **Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório**: as diferentes questões. Lisboa: Avante, 1982.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o marxismo**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/35>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 4, p. 7-15, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e224423, p. 1-13, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v41/1678-4626-es-41-e224423.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O empresariamento da educação de novo tipo: mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 64-86, jan./jun. 2020b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/54751/35220>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MOTTA, Vânia Cardoso da; EVANGELISTA, Olinda; CASTELO, Rodrigo. Determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 13, n. 1, p. 1-8, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44475>. Acesso em: 24 out. 2025.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNcTcD9CvkMMxfq8NyQy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MOURA, Hemerson; LIMA FILHO, Domingos Leite. O estatuto do termo “empresariamento” na pesquisa educacional brasileira: breves notas para um debate no campo trabalho-educação. *In: INTERCRÍTICA – INTERCÂMBIO NACIONAL DOS NÚCLEOS DE PESQUISA EM TRABALHO E EDUCAÇÃO*, 6., 2024, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: Anped, 2024. p. 146-151.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO (MBC). **Manifesto educação profissional técnica, competitividade e desenvolvimento**: uma agenda para o Brasil. [2022]. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2022/08/mbc-manifesto-educacao-tecnica.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 137-151, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8dNYBcjfPKZL4js8xWbhjpv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 abr. 2025.

NOVAES, Henrique Tahan; DAGNINO, Renato. O fetiche da tecnologia. **Organizações e Democracia**, Marília, v. 5, n. 2, p. 189-210, 2004. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/411>. Acesso em: 2 abr. 2025.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. A barbárie neoliberal e a escola: a formação de empreendedores para um mundo sem direitos e sem emprego. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 21, n. 44, p. 1-24, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57268>. Acesso em: 2 abr. 2025.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, e37056, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tNfT7jkd4WfXGDtYQWrFghf/?lang=pt>. Acesso em: 2 abr. 2025.

PEREIRA, Jennifer Nascimento; EVANGELISTA, Olinda. Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. **Movimento-revista de educação**, Niterói, ano 6, n. 10, p. 65-90, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32664/18804>. Acesso em: 2 abr. 2025.

POSSAMAI, Tamiris; SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da. O ensino médio integrado diante da contrarreforma do ensino médio. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 16, n. 34, p. 53-69, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1461>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; LIMA FILHO, Domingos Leite; NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI**: políticas, críticas e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. v. 1.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SILVA, Amanda Moreira da. Os empresários e a educação superior: a obra de José Rodrigues como eixo de entendimento acerca das transformações da educação superior brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1–17, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/55182>. Acesso em: 24 out. 2025.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>. Acesso em: 2 abr. 2025.